

**ACTA N.º 5**  
**MANDATO 2005/2009**

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e seis, pelas vinte horas, nos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2005.12.28; -----

2 – Discussão e aprovação das alterações ao Regimento; -----

3 – Discussão e aprovação da seguinte Proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda: Proposta de Criação de uma Comissão para a Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários do Concelho de Valongo; -----

4 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

5 - DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: --

5.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006; -

6 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes também o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós, os Senhores Vereadores Paulo Miguel da Silva Santos, José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Ilídio José Teixeira Lobão. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Fernando Correia Monteiro e António Fernando Monteiro, sendo substituídos, respectivamente, por Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto e António Moreira Pedro. -----

Faltou o Membro da Assembleia Diomar da Silva Ferreira dos Santos, não tendo apresentado pedido de substituição. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início à sessão. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que no o cruzamento da Rua 5 de Outubro com a Rua Fontes Pereira de Melo e a Avenida Primavera,

em Ermesinde, foi colocado um obstáculo no meio do cruzamento, quanto julga saber, para evitar que os automobilistas passem a uma velocidade exagerada, no entanto o obstáculo está encoberto por uma curva, quando os automobilistas se apercebem estão em cima do obstáculo e a maior parte em vez de contornar o obstáculo pela direita segue em frente pela via esquerda. - Sobre o novo Centro de Saúde de Ermesinde, sabe que a Câmara disponibilizou, há cerca de três anos para o Governo, um terreno localizado na zona da Bela, em reuniões que teve com o Director do Centro de Saúde há cerca de um ano ele disse-lhe que o projecto já estava pronto, a competência não é da Câmara para construir Centros de Saúde, mas uma vez que a Câmara disponibilizou o seu património, gostaria de saber qual o ponto de situação da construção do novo Centro de Saúde, em Ermesinde. -- De seguida fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado Alfredo da Costa Sousa**, perguntou se a Câmara já pensou em alguma solução para a zona que fica na Estrada Nacional 15, na rotunda do antigo cruzamento de Paços de Ferreira, até ao Posto de Saúde e à Farmácia. Na berma da Nacional 15, normalmente, encontram-se carros à venda, legalmente não é permitido, não vê que as autoridades legais estejam a autuar esses mesmos carros. Há muitas pessoas que passam nessa referida via, pois existe o Centro de Saúde e a Farmácia. -----

Na estrada inaugurada recentemente junto à zona do Borbulhão, existe um cruzamento com vários desníveis, onde diariamente acontecem vários acidentes, gostaria de saber se a Câmara já pensou em solucionar o problema do cruzamento. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a admissão da Moção apresentada pelo BE e anexa à presente acta como Doc.1, sendo admitida por unanimidade, colocando-a de seguida à discussão. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que tanto quanto sabe a Câmara, e nomeadamente o Partido Socialista pela voz do Senhor Deputado Ventura de Almeida tem a mesma informação, a Câmara já chamou à atenção, já reagiu, fez o que tinha a fazer que é reclamar junto da entidade concessionária dos parquímetros para que reponha imediatamente a legalidade. -----

No que diz respeito ao ponto quatro, as taxas, ou as suas alterações, pelo regulamento deverão ser aprovadas em reunião de Câmara, isso não aconteceu, pelo que não lhe parece que seja necessário qualquer mudança, considera desrespeito do mesmo modo que a empresa não faça ou não obedeça à Câmara Municipal ou à Assembleia Municipal. -----

Há um problema de legalidade que tem que ser reposta, e o processo de resposta a essa situação ilegal está em marcha, pensa que não terá a ver com a necessidade de modificar o regulamento. -----

Embora os considerandos sejam consensuais a parte deliberativa, pela sua interpretação, está em total desacordo com ela, mantendo-se assim votará contra. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que na última reunião da Assembleia Municipal fez uma proposta de criação de uma Comissão a propósito de concessão das Águas. -----

Aquilo que se está a discutir é que há uma concessionária num clima fora da lei que resolveu tomar medidas. -----

A sua com a outra concessão entronca nesta, é bom que estejam atentos, nada garante que em relação à questão da água esteja tudo a ser cumprido conforme o contrato, como aconteceu com os parquímetros. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, relativamente ao assunto julga que hoje não resolvem tudo. -----

Falou-se que a responsabilidade é da empresa concessionária, que aumentou os preços sem constar do contrato. -----

A empresa ao aumentar os preços põe a população, não contra a empresa mas contra a Câmara, ofendeu politicamente a Câmara, julga ser motivo para revogar o contrato de concessão. -----

Para melhor esclarecimento gostava que lhe fosse explicado o que na verdade se está a passar e o que foi feito. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse ter sido surpresa para a Câmara o aumento das tarifas, de seguida leu um fax que a Câmara enviou à Empresa ao tomar conhecimento do sucedido, do seguinte teor: -----

“Como é do conhecimento de V. Ex.as compete à Câmara Municipal de Valongo nos termos do n.º 5 do art.º 4º, do regulamento municipal das zonas de estacionamento de duração limitada, fixar o valor das taxas devidas pelo estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada. -----

Esta autarquia tomou hoje conhecimento que foram alteradas as referidas taxas sem a sua autorização, ou consentimento, pelo que tal alteração é ilegal. -----

Desta forma deverão V. Ex.as proceder de imediato e durante o dia de hoje à reposição dos valores das taxas que estavam e se encontravam em vigor, sob pena deste Executivo accionar os meios previstos no contrato de concessão. O eventual prejuízo decorrente da actuação de V. Ex.as deverá ser compensado à população em data oportunamente a agendar.” -----

Tendo a Empresa enviádo um ofício em resposta do seguinte teor: -----

“Estranhámos o teor do ofício supra identificado na medida em que a tarifa praticada nas zonas de estacionamento de duração limitada, concessionadas, está de acordo com a tabela de preços constantes do contrato de concessão celebrado com a Ex.ma Autarquia. Assim, e com o intuito de cabal esclarecimento desta situação vimos solicitar a marcação de uma audiência a V. Ex.a com carácter de urgência.” -----

Entretanto, no dia 16 de Fevereiro o Senhor Presidente da Câmara fez emitir para a Empresa um ofício do seguinte teor: -----

“Em resposta ao fax enviado por V. Ex.as cumpre-me lembrar que qualquer alteração à taxa instituída nas zonas de estacionamento de duração limitada terá de ser alvo de nova deliberação camarária e como tal ser apreciada pelo Executivo em sessão de Câmara. Não podemos esquecer que as taxas já haviam sido alteradas em reunião de Câmara realizada em 4 de Abril de 2005, e que se encontram em vigor desde essa data pelo que a alteração efectuada por V. Ex.as é ilegal devendo ser reposta de imediato a situação anterior. -----

Estamos à disposição de V. Ex.as para a troca de impressões com vista à resolução do assunto.” -----

Hoje em reunião que o Senhor Presidente de Câmara teve com a Empresa, que veio acompanhada do Jurista, disseram que iam colocar na Câmara um fax a dizer da intenção de elaborar um recurso relativamente à ordem dada pela Câmara, não tendo recebido nada até ao momento, daí nada mais poder adiantar. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que pouco antes das eleições autárquicas do ano passado, houve uma mudança do tarifário dos parquímetros, na altura conversou com o Senhor Presidente da Câmara dizendo não compreender que aquilo que a empresa recusava, e a Câmara recusava era tão fácil. Na altura ficou claro que havia alguma questão não se percebia, depois passou pela questão da criação da Polícia Municipal, nomeadamente para fiscalização. -----

O que ouviram é muito grave e não pode ficar em claro, que há qualquer coisa mal explicada, um contrato de concessão tem tudo perfeitamente estipulado a Câmara não devia estar com o processo de faxes, há qualquer coisa muito grave que tem que ficar esclarecido na Assembleia Municipal, e que entronca com um processo antes das eleições autárquicas, com a redução inesperada e incompreensível, e que até ao momento da redução era impossível. -----

A Assembleia Municipal vai ter que tomar uma medida que vá dar cobertura à Câmara e que inclusive pode chegar a uma situação de pôr em causa a questão do contrato com a empresa. -----

Há contratos assinados e há regras, a Câmara não tem que andar a preocupar-se com a questão de correcções de tarifário. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse que o primeiro passo que a Câmara deu no sentido de resolver o problema, a alteração da tarifa, estará correcto pois seria essa a medida mais ponderada para resolver a situação. -----

Não conhece o contrato mas que devem constar penalizações em que a empresa incorre no caso de incumprimento do contrato. -----

Parece-lhe que está a acontecer um braço de ferro da Empresa para com a Câmara, a Câmara exige e a Empresa está-se nas tintas para essa

exigência. Já decorreu cerca de uma semana sem que a empresa cumprisse aquilo que a Câmara diz, pode haver recurso para a via judicial e propor uma medida cautelar, imediatamente o Tribunal decidir o que é que a empresa deve fazer. -----

Portanto, não conhece o contrato, mas deve haver lá regras previstas, normas previstas para o incumprimento do contrato, e no caso de a Câmara não ter o direito de impor imediatamente, recorre à via judicial, uma medida cautelar seria a medida mais adequada para resolver a situação. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira Azevedo**, disse que inicialmente a taxa era de €0,50 mais tarde passou para €0,30, perguntou se existia documentação entre a Câmara e a Empresa para essa redução da taxa. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, informou que não existia nenhum documento entre a Câmara para que isso aconteça, o que houve na altura foi fruto da pouca adesão das pessoas ao sistema dos parquímetros, existia o convencimento por parte da Câmara de que para essa pouca adesão contribuía preço dos parquímetros, e a própria Empresa tinha essa noção. -----

Portanto, foi relativamente fácil chegar a um acordo no sentido de se baixar os preços, foi com base nisso que foi a reunião de Câmara, onde vieram os documentos necessários para instruir o processo do abaixamento dos preços de acordo com a concessionária. -----

Não há nenhum documento, nem nenhum acordo, para que os preços voltem depois ao que era antes, isso não existe, existe é a aceitação da empresa para que os preços baixem partindo do pressuposto que a adesão das pessoas seria maior. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o processo nasceu torto, estando ainda por esclarecer a legalidade da cobrança das multas por parte dos Vigilantes, não se sabia muito bem quem eram, fruto da polémica, faziam-se zonas de estacionamento em cima de passadeiras, e fruto da pressão mudaram, e mudaram uns meses antes das eleições. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que a Moção tem o seu fundamento devido aos acontecimentos recentes. -----

Propôs que a Moção não fosse discutida na presente Assembleia, ficasse suspensa, e que se não houvesse uma resposta muito rápida e concreta da concessionária às pretensões da Câmara e a esta Assembleia, que se marcasse o mais rápido possível uma Assembleia extraordinária. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**, disse que estando a Empresa concessionária numa ilegalidade, propôs que se deixasse de pagar a taxa até o problema ser resolvido. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, disse que não adia a discussão da Moção mas como na altura da elaboração da Moção não detinha todas as informações retirava os pontos dois e quatro da mesma mantendo o resto. -----

O Senhor **Vereador Paulo Miguel da Silva Santos**, disse que foi aprovado um regulamento que obriga a que a alteração das tarifas seja decidida em reunião de Câmara, que não foi o que aconteceu, portanto uma decisão unilateral por parte da empresa, entendem que existe um incumprimento por parte da empresa, e face desse incumprimento a Câmara legitimamente entendeu que devia retirar a fiscalização das ruas da cidade de Valongo e de Ermesinde, desde o dia em que as tarifas foram aumentadas, e assim se mantém. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse todos terem consciência que o abuso da Empresa é um caso de Tribunal, portanto pensam que quer a proposta feita pelo Senhor Deputado Casimiro, quer a proposta do Senhor Deputado Caetano que o proponente retirasse esta Moção para ser discutida oportunamente, são duas soluções que entendem sensatas e responsáveis, pois estão num Estado de Direito e os atropelos devem ser corrigidos nos locais próprios, estando receptivos a qualquer uma das propostas. -----

O Senhor **Deputado Alfredo da Costa Sousa**, disse que entendeu que a Polícia Municipal em lugar de andar a fiscalizar o património da Câmara anda a fiscalizar as pessoas que não pagarão os parquímetros, é triste os serviços fazerem trabalhos para Empresas privadas. -----

O Senhor **Vereador Paulo Miguel da Silva Santos**, disse não ter feito a afirmação que Senhor Deputado Alfredo Sousa disse, que há um contrato de concessão firmado com direitos e obrigações de parte a parte, a Câmara não presta serviço para uma Empresa privada, uma das obrigações da Câmara é a fiscalização. Estando a concessionária em incumprimento de contrato as indicações que deu ao Serviço foi de suspender a fiscalização. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda anexa à presente acta como Doc.1, retirando os pontos 2 e 4 da mesma, sendo aprovada por unanimidade. -----

De seguida fez a seguinte proposta: -----

“Considerando a atitude que esta empresa teve de aumentar os preços dos estacionamento sem qualquer aviso prévio, nem ter passado por esta Assembleia, eu proponho que: -----

Seja agendada para uma nova Assembleia extraordinária sobre este assunto, dado que neste momento há desconhecimento do contrato pela maioria dos Senhores Deputados, a fim que se possa coligir mais elementos sobre este problema para esclarecimento cabal de todos.” -----

De seguida colocou à votação a admissão da proposta sendo admitida por unanimidade, sendo colocada de seguida à discussão. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**, disse perceber o Senhor Deputado Albino Poças e concorda com ele. -----

Entende que uma próxima Assembleia para discutir o problema dos parcómetros, deve ser no sentido daquilo que tinha dito, propondo que os

munícipes não paguem as taxas, e nessa Assembleia decidir isso, dar força à Câmara para que faça a suspensão do pagamento da taxa com aviso público, ficando o assunto resolvido até se chegar a uma solução com a Empresa. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que concordava em agendar o assunto numa Assembleia, não que seja já agendada uma Assembleia extraordinária. -----

O âmbito da discussão é uma questão de ilegalidade não discutir a problemática dos parquímetros. -----

O processo começou há cerca de uma semana, estão nesta altura a pensar em marcar Assembleias extraordinárias para discutir uma coisa que tem uma semana, a Câmara, como foi reconhecido pelas intervenções, está a proceder bem, a Câmara deu indicações de que compreende o problema no que diz respeito à parte da população. -----

Definirem agora marcar uma Assembleia Municipal extraordinária considera uma precipitação, devem aguardar, ver como se desenrola o processo. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que em relação à marcação de uma Assembleia extraordinária só para debater este problema sem que saibam antecipadamente naquilo que vai resultar as diligências feitas pela Câmara junto da Empresa, acha que é extemporâneo. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse não conhecer o regulamento dos parquímetros, não sabe por isso se a Câmara tem a figura jurídica do privilégio de execução prévia, tomar uma medida que se imponha imediatamente à Empresa, um aviso de que os parquímetros estão fora de serviço. -----

Não sabe, também, se a Câmara pode determinar que não haja fiscalização, isto é de uma maneira indirecta com que os munícipes não paguem estacionamento, não sabe se pode fazer isso. -----

Concorda com a proposta apresentada mas fazia-lhe um aperfeiçoamento, dar um tempo para resolver o problema. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que tanto quanto sabe, e que consta no contrato de concessão não estão previstas nenhuma medidas excepcionais, neste caso serão remetidas as resoluções para questões normais de direito. -----

Entende que a Câmara vai num prazo relativamente curto proceder em conformidade, inclusivamente adiantando com a possibilidade de denuncia do contrato se assim for permitido. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que se deve decidir a marcação de uma Assembleia Municipal extraordinária dando algum espaço para a sua marcação, não mais de duas semanas, porque se o assunto for a Tribunal vai-se arrastar no tempo. -----

A Assembleia deve tomar uma medida de força pois a Empresa não pode brincar com as instituições públicas, e a Assembleia Municipal é uma

instituição pública que deve defender o seu nome. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia liberta Braga de Freitas**, propôs que a discussão relativamente à proposta continuasse no final da presente reunião, sendo aprovado por unanimidade. -----

De seguida retirou o ponto 2 – Discussão e aprovação das alterações ao Regimento, em virtude das alterações ao regimento ainda não se encontrarem concluídas. -----

Colocou de seguida à aprovação da Assembleia a seguinte alteração da Ordem de Trabalhos: -----

1 - Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2005.12.28; -----

2 – Discussão e aprovação da seguinte Proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda: Proposta de Criação de uma Comissão para a Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários do Concelho de Valongo; -----

3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

4 - DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: --

4.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006; -

5 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

A proposta de alteração à Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 - Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2005.12.28. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, solicitou alterações à acta, propondo de seguida que não se colocassem os títulos académicos em futuras actas, tendo sido aceite. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 1 - Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2005.12.28, sendo aprovado por maioria com cinco abstenções em virtude dos Senhores Deputados se encontrarem ausentes na referida reunião e vinte e seis votos a favor. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2 – Discussão e aprovação da seguinte Proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda: Proposta de Criação de uma Comissão para a Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários do Concelho de Valongo. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças**, disse que o Bloco de Esquerda através do seu Deputado eleito propõe a criação de uma Comissão para a Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários do Concelho de Valongo, gostariam que se utilizasse a nova terminologia, Empreendimentos Habitacionais Sociais, desta forma acha que dignifica mais os seus moradores. -----

Numa leitura inicial julga ser interessante altruísta e pertinente, mas após uma análise da situação reconhecem que a mesma apesar da vontade da

proposta, não está em causa o seu âmbito, julgam que será ineficaz, porque o trabalho que a Comissão se propõe efectuar já está a ser executada por diversas entidades e por técnicos especializados. -----

Existem problemas demasiado sérios e com gravidade acentuada que obriga à intervenção de especialistas com competência e vontade efectiva de resolver e não tirarem qualquer proveito político pelas acções realizadas. ----

A Câmara aderiu e promoveu a implementação da Rede Social no concelho de Valongo, com a representação de 46 entidades, conduziu a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social com objectivos, alguns relacionados com os Empreendimentos Sociais. -----

Promoveu iniciativas como o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Programa Idoso em Segurança, colaboração com as escolas na implementação de actividades extra curriculares nas piscinas e polidesportivos, criação de espaços de animação nos Empreendimentos de Habitação Social, dinamização de reuniões informais, sessões de promoção de auto estima dirigidas aos residentes, concurso de melhor entrada, entre outros. -----

Perante isso, justifica-se a criação da Comissão? Ou pretendem criar expectativas não tendo depois competência nem capacidade para as resolver? Ou pretendem ser uma parte restritiva de todo o programa que está em marcha, não de agora mas já de há muito tempo. Que poderes, com que meios, iriam analisar as questões? Que cobertura legal, quando alguns processos estão sujeitos à confidencialidade? -----

Gostariam de convidar o Bloco de Esquerda a retirar a proposta por julgar que é inconsequente e ineficaz. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, disse não retirar a proposta, não tendo ficado surpreendido com a intervenção do Senhor Deputado Carlos Poças. -----

De seguida fez a leitura da “Proposta de Criação de uma Comissão para a Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários do Concelho de Valongo”, que faz parte da presente acta. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que a proposta foi apresentada em reunião de Líderes dos Grupos Municipais, e aceite por unanimidade, não houve objecções de agendar para a Ordem de Trabalhos.

Devem ressaltar na discussão os funcionários e os técnicos que participam nos trabalhos dos Empreendimentos. -----

As dificuldades que as populações têm nos Bairros têm que ser avaliadas, não avaliadas como todos os Partidos Políticos fazem em época de eleições que visitam os Bairros, as situações têm que ser analisadas todos os dias, e compete à Câmara que no seu dia a dia seja uma das prioridades de todos, a situação dessas populações é a situação dos mais desfavorecidos, dos mais desprotegidos, tudo o que a Assembleia possa fazer é sempre bom. -----

A CDU esta de acordo com a proposta, com alguns dos seus considerandos, porque acha que eles são justos. -----

Uma Comissão não deve exorbitar das suas competências e deve depois de estar formada chegar ao fim de algum tempo e apresentar resultados. -----

A Comissão, certamente, que vai ouvir os técnicos, chamar técnicos para os coadjuvar nas suas decisões. -----

Propôs que fosse acrescentado um último ponto: “Durante a vigência da Comissão esta deverá apresentar periodicamente um relatório a esta Assembleia Municipal, e no final do mandato elaborar um relatório final, relatório que deverá conter o diagnóstico da situação dos empreendimentos da habitação social do concelho, e um conjunto de recomendações que permitam a elaboração de um plano integrado de intervenção nestes empreendimentos, tendo em vista a superação de forma concertada dos problemas detectados e sobretudo dos fenómenos que subjazem”. -----

Entregou a proposta à Mesa que se encontra anexa à Proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, considera que a proposta não é um produto acabado, poderia ser mais rigorosa e definir mais concretamente aquilo que a Comissão vai fazer, se a Comissão vier a ser criada será de delimitar concretamente aquilo que vai fazer. -----

Fala em serviços genéricos, problemas genéricos, julga que peca por falta de rigor, qualquer Assembleia pode criar Comissões para qualquer fim determinado, julga que poderia haver mais rigor na proposta. -----

Na proposta não está em causa o empenho, dedicação, abnegação dos funcionários da Câmara, ninguém na Comissão vai pôr isso em causa, nem é da competência da Comissão fazer isso, terá que limitar-se a fazer um retrato da situação, expor a situação, fazer recomendações daquilo que entender que se poderá fazer. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, Fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.4. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, disse que o seu conhecimento é a prática real da acção junto das pessoas, alguns Bairros funcionam como autênticos infernos, e esta é a prova mais real do efeito prático de qualquer acção que se faça junto das pessoas. -----

Ninguém está contra os funcionários, está de acordo em que falaram no aspecto genérico, porque há muito a discutir em relação ao assunto. -----

Concorda com a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Caetano, embora se possa ler nas entrelinhas na parte final lê-se perfeitamente. A Comissão tem que ter um suporte técnico, isso é para ser discutido. -----

O objectivo é resolver problemas que estão mal resolvidos, são muito graves, o problema é que normalmente vai-se a alguns Bairros em tempo das eleições, fora disso os Bairros não existem, são marginalizados, é o problema da marginalização, da exclusão. É um problema gravíssimo que está a ter problemas desde toxicoddependencia, do agravamento do pequeno crime, da violência doméstica, há todo um conjunto de factores em que existe nos

Bairros e que é preciso ir lá e falar com as pessoas e ver o que é necessário fazer, este é o suporte da proposta. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, felicitou o Bloco de Esquerda porque a proposta induz a discussão de um tema que poucas vezes foi aqui debatido, enquanto Vereador nunca deixou de alertar para a situação, discordou com muitas opções que estiveram subjacentes à política de habitação social seguida no concelho. -----

Há um problema que não pode ser escamoteado, os recursos são escassos, a Câmara tem dificuldades financeiras, o país tem dificuldades financeiras, este tipo de investimentos geram despesas no futuro, geram despesas com pessoal habilitado que tem que acompanhar os pólos que existem no concelho. -----

Há uns anos alguém decidiu construir habitação social, não era a única solução porque há outro tipo de soluções, há concelhos que recorrem a outras soluções, outros países em que as soluções ainda são mais criativas, recorreu-se a uma situação que é de criar pólos pequenos, mas completamente afastados dos núcleos urbanos, o que depois causa enormes problemas e situações complicadas, como construir acessos condignos. -----

Portanto, ao fim de um ano percebem, aquilo que se calhar alguns que têm acesso à informação já perceberam há muito tempo, o falhanço do problema, começou mal, nasceu torto. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que aquilo que está em causa é a prova que estão preocupados com a pessoa, e que quando se fala em Bairros Sociais, ou Empreendimentos Sociais, porque houve a sensibilidade por parte da Câmara de os construir. Quando se diz que vivem num inferno com certeza há uns tempos viveriam num inferno bem maior, porque as condições de habitação que tinham eram bem piores. -----

Conhece alguns Bairros Sociais sem ser em campanha eleitoral, conhece no dia a dia e acompanha-os, o que lhe dará algum conhecimento para tecer alguns considerandos. -----

Acredita na bondade e nas preocupações do Bloco de Esquerda, assim como no complemento que o Senhor Deputado Caetano colocou, que as intenções são ótimas, porque vê na proposta algum sentido da realidade, o Senhor Deputado Caetano falou que é preciso compreender e saber as pessoas com quem estão a lidar, são pessoas como eles, mas com uma envolvimento económica e social por vezes bastante diferente. -----

Têm que compreender os problemas dos Empreendimentos Sociais, e aquilo que se está a passar, eventualmente com o que já se passou antes quando se discutiram outros problemas, mostra bem o desajuste da criação da Comissão. -----

Os problemas existem, têm que os tentar resolver, mas pelas intervenções que houve, houve intervenções bondosas, mas houve intervenções muito politizadas que tentaram dizer outras coisas, fazer outras referências, chamar outras coisas à colação que não têm nada a ver com os problemas dos

Bairros Sociais. -----  
Lida com alguns técnicos da Câmara Municipal, conhece bem o trabalho desenvolvido por eles, são uns excelentes técnicos, fazem um acompanhamento, um trabalho excelente dentro das possibilidades e das limitações que têm. -----  
Não pondo de parte as preocupações, não deve ser a Comissão, porque já ficou provado que será mais um batalha política e no final não serão os empreendimentos sociais, não serão as pessoas que irão beneficiar com isso, vão a andar aqui a esgrimir problemas, a esgrimir dificuldades, a criar expectativas às pessoas, e isso é que será mau, porque são pessoas com muitas necessidades, vão estar a criar expectativas de que vão resolver os problemas e no final a Comissão não vai resolver nada. -----  
Estará de acordo se a Assembleia resolver criar uma Comissão Técnica, de pessoas técnicas não políticos, capazes de compreender os problemas, capazes de os interpretar, arranjar caminhos, arranjar soluções, e depois trazerem à Assembleia, que é um órgão fiscalizador, e a Assembleia pressionar a Câmara Municipal para que de facto dê cumprimento, dê resposta aos anseios da população. -----  
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que a Câmara tem técnicos preparados para tratamento destes assuntos, muitos dos quais são de carácter sigiloso e que só podem ser manipulados por pessoas credenciadas para isso, pessoas externas a esses técnicos não têm competência, não podem invadir áreas que são do foro privado de cada pessoa. -----  
Têm sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, um conjunto grande de pessoas, técnicos pagos para isso, são assuntos muito sérios e melindrosos que não podem ser politizados. -----  
O Senhor Deputado **Joaquim Jerónimo Pereira**, disse que a sensibilidade dos técnicos que estão em Acção Social, é uma sensibilidade voltada para os problemas que eles próprios inventariam e que eles próprios preconizam nas soluções possíveis que encontram nos meios da Câmara. -----  
A Assembleia não tem que estar condicionada porque tem uma sensibilidade política diversificada, por isso a criação de uma Comissão é do ponto de vista político interessante mas existe problema da eficácia da Comissão. -----  
A Assembleia Municipal tem que ter dois sentidos, que é se criticam a Câmara Municipal de não ter eficácia naquilo que foi o seu programa para com os munícipes, então não devem dar exemplo de criar Comissões. As Comissões são uma forma de arredondar uma melhor solução e de eternizar o problema, é uma forma de voltar a discutir os problemas quando se pretende é que sejam resolvidos.-----  
Também se punha aqui o problema da realidade escolar que parecem todos resolvidos, a Câmara tem rede escolar onde as crianças pelo menos têm alimentação e têm infra-estruturas e os problemas não estão todos resolvidos. -----

Há domínios que, por exemplo, afectam uma velhinha que não pode descer do 3º andar, há sensibilidade política para denunciar isso mas podem haver razões que o político não conhece, o político pode não conhecer e estar e invadir um domínio que pensa que é tão fácil afinal denunciar, e também é fácil de dizer porque que não é possível resolver, não é só os Bairros que estão na periferia, e como assinala a Moção não os podem trazer para o centro de Valongo. -----

A rede viária, a sinalização do trânsito, numa acção que é tão importante como a acção social, não deviam ajudar a Câmara sem inventar factos políticos, dizer como é que ela devia aumentar as receitas para poder gastar em mais acção social. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que acha que se está a tentar levar o assunto para outro lado ou não se está a perceber qual é o âmbito da Comissão, qual o espirito. -----

Para saber que os Empreendimentos não têm transportes não é preciso consultar um técnico, que houve um incêndio porque não se limpou a mata, não é preciso ser um técnico. Este é que é o âmbito da Comissão, saber quais são os problemas, não é saber se a pessoa recebe ou não recebe o rendimento mínimo, isso não compete à Comissão. É coisas concretas, saber se há falta de transportes, se é preciso ou não elevadores, saber se as entradas estão como deve de ser, se há bocas de incêndio. -----

Relativamente às questões políticas que a Comissão poderá por para fora no relatório, não com o seu apoio, para politizar tem que ter a maioria, só põem lá política não coisas sérias se os Membros da Comissão assim o permitirem na aprovação dos relatórios. -----

Relativamente ao Senhor Deputado Jerónimo, a formação de umas várias Comissões, para tudo e para nada, foi uma confissão de que muito falta no Concelho, muitos são os problemas. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, pensa que poucas das pessoas presentes duvidam da sua sensibilidade para as questões sociais. É sensível aos problemas que se vive nos chamados Bairros Camarários, mas que não é com a criação de uma Comissão, ineficaz, que se vai resolver o problema. -----

Se a Comissão for criada servira apenas os interesses e as reivindicações de casos isolados ou de grupos restritos. -----

Estão no terreno várias equipas de técnicos que diariamente percorrem os Bairros e que são os elos de ligação com a Câmara Municipal para as carências que encontram no dia a dia. -----

Os problemas resolvem-se com a nossa própria iniciativa, resolve-se quando pessoalmente têm conhecimento de alguns casos carentes, sendo os primeiros a dar apoio àqueles que têm conhecimento que estão a precisar. ---

As equipas técnicas que andam dia a dia no terreno encontram terríveis dificuldades, encontram as maiores dificuldades, inclusivamente para poderem contactar com as pessoas, que aqui são apelidadas de miseráveis

e de necessitadas, são essencialmente necessitadas duma aprendizagem de cidadão ou de cidadã, isso é que elas precisam.-----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que queria comentar uma intervenção que foi feita para que haja clarificação relativamente ao assunto. Que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda deu como exemplos das análises e do âmbito de intervenção, toxicoddependia, violência familiar, pequeno crime, depois o Senhor Deputado Deolindo Caetano que não é nada disto o âmbito da proposta são os transportes, são os incêndios, o problema das árvores estarem próximas, gostaria que se pusessem as coisas claras. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, disse estar de acordo o Senhor Deputado Caetano na sua intervenção, referiu essas situações por uma única razão, levantou e que é fruto de toda a marginalização, há exclusão no concelho, não é o âmbito da proposta, a proposta tem a ver com transportes, com saúde, a proposta não tem a finalidade substituir os técnicos. -----

Perguntou há quanto tempo existem as equipas técnicas. -----

Nos Bairros existem extremas dificuldades com certeza que andam tão de vagar que se calhar precisam de uma ajuda. -----

Estão referidas questões em que a Comissão tem toda a razão, quanto à exclusão há muitas coisas a fazer, uma delas é contra a exclusão. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que se quiserem discutir questões ligadas à água é técnico, questões ligadas à cultura, tudo é técnico, mas tudo também é político, não há assuntos tabus, assuntos a evitar. -----

Que é um bom desafio para uma Assembleia Municipal, que poucas Comissões ao longo da sua vida elegeu, encarregou de fazer um trabalho desta natureza, são pessoas sensatas que saberão distinguir o que é matéria do foro sigiloso daquilo que é matéria objecto da apreciação duma Comissão. A Comissão tem uma função clara, contribuir para o esclarecimento de um problema, a habitação social no concelho de Valongo.-----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que as equipas técnicas existem há pelo menos 13 anos, desde que chegaram fizeram concursos para a admissão desses técnicos, e o critério de admissão foram unicamente técnicos. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 2 – Discussão e aprovação da seguinte Proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda: Proposta de Criação de uma Comissão para a Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários do Concelho de Valongo, com o aditamento do Grupo Municipal da CDU anexo à proposta apresentada pelo BE, sendo aprovada por maioria com dezasseis votos a favor sendo treze votos do Grupo Municipal do PS, dois votos do Grupo Municipal da CDU, um Voto do Deputado do BE, e quinze votos contra

sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares. -----

De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, o ponto 3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, sendo eleito por maioria o Deputado Arnaldo Pinto Soares com vinte e seis votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção.

Colocou de seguida à discussão o ponto 4.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o documento é praticamente igual ao anterior, tem uma pequena, quase imperceptível, diferença, e isso deve-se à acção dos Vereadores do PS na Câmara Municipal. -----

Regista com satisfação a abertura que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente que demonstraram para uma sugestão leve, quase subtil, mas que me ajudou a mudar a opinião. -----

O Senhor Presidente da Câmara, e a Câmara, vai fazer um esforço considerável, isso está redigido em documento oficial, de redução da dívida de consolidação orçamental, isso remete a responsabilidade da situação actual àqueles que têm verdadeiramente responsabilidade, no documento é clara a responsabilidade da Câmara da situação a que chegou. -----

Que a Câmara fez um esforço para mudar o preâmbulo mas nem uma palavra sobre o Desenvolvimento Sustentável, falharam outra vez. -----

Perguntou se o Gabinete que está responsável pelo projecto da Via Colectora de Campo é o mesmo que está a proceder à revisão do PDM. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse que o Senhor Deputado Deolindo Caetano afirmou que o Partido Socialista teve que reconhecer que as políticas a seguir eram as da CDU, acredita que a CDU tenha boas ideias, brilhantes ideais, e é bom que as tenha porque é sempre uma mais valia não só para a CDU mas também para o Município, mas que o Partido Socialista nunca andou a reboque da CDU. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, informou que quem está com a zona industrial de Campo é o Senhor Eng. Lameiras, quem está com o PDM é o Senhor Arq. Carlos Coelho. -----

Para o PDM é um gabinete de arquitectura que está a trabalhar com os Directores de Departamento Urbanístico da Câmara, para o caso da Zona Industrial de Campo é o Senhor Eng. Lameiras que está a trabalhar com a Senhora Dra. Helena Oliveira, que é Directora de Departamento da Câmara. --

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 4.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006, sendo aprovado por maioria com quinze votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, quinze abstenções sendo treze abstenções do Grupo Municipal do PS e duas abstenções do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do BE, relativamente a este assunto foram entregues uma Declaração de Voto do BE e uma Declaração de Voto do PS anexas à respectiva deliberação. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 5 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, solicitou explicações ao Senhor Presidente da Câmara sobre os seguintes pontos do relatório da actividade municipal: -----

Sector de protecção da Natureza e Qualidade de Vida – Projecto Ecoescolas – qual o papel da Câmara na dinamização deste projecto? -----

Sector de Gestão Florestal – Reflorestação da Serra de Santa Justa – Onde? Que plantas? -----

Divisão de Património Histórico, Biblioteca e Turismo – Não há referência a nenhuma iniciativa para dinamização da Biblioteca quando todos sabemos que está longe da população e é importante rentabilizar este espaço. -----

Sector de Análise e Gestão Urbanística – Qual o ponto de situação de preparação do novo PDM? Para quando o PDM? -----

Sector de Gestão da Habitação Social – Que acompanhamento está a ser dado à população realojada? Quais os responsáveis? Onde? -----

Sector de Ensino – Aquisição de mobiliário – Que tipo de mobiliário? Quais as escolas? Carta Educativa – Em que fase está a sua elaboração? -----

Sector de Gestão Financeira – Fala-se de uma dívida a fornecedores com EDP à cabeça com vinte e um milhão quinhentos e setenta, julga que há um protocolo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, relativamente ao Protocolo com a EDP foram perdoados os juros, e foi negociado prolongando a dívida no tempo, vinte anos. -----

Em relação à Biblioteca, esta teve um aumento do número de pessoas que a visitam em relação ao passado. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, relativamente ao PDM está previsto no final de Março a entrega da primeira Proposta por parte do grupo de Arquitectos que estão a elaborar o PDM, já com a planta de ordenamento e do regulamento, a planta de condicionantes está concluída. – Quanto à reflorestação da Serra de Santa Justa trata-se do projecto para reflorestar as áreas ardidas do incêndio de há dois anos. -----

O Projecto Ecoescolas, é um projecto que têm permanentemente em actividade de sensibilização ambiental com as crianças das escolas, em que

é desenvolvido na área da sensibilização como em jogos didáticos e actividades lúdicas, é essencialmente utilizado no Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, retomou o período de antes da Ordem do Dia com a discussão da proposta apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia. -----

Que o problema é muito grave, que é um negócio público, como negócio público que está em causa tem que ser transparente. -----

É um assunto muito grave que se calhar só estão a discuti-lo pela rama, mas que é um assunto que diz respeito aos Valonguenses. -----

Que a Câmara tem que tomar uma decisão, tem que comunicar a suspensão, os cidadãos não podem pagar o que a empresa quer que paguem porque não é legal. -----

A Senhor **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a seguinte Proposta: “Agendar para nova Assembleia Extraordinária, dado que neste momento há desconhecimento do contrato, para coligir mais elementos sobre este problema para esclarecimento cabal de todos os presentes”. -----

A proposta foi aprovada por maioria com trinta votos a favor e uma abstenção do Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

“A razão da minha abstenção é só porque pelo artigo 10º, número um, uma Assembleia Extraordinária pode ser convocada por iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia, não era preciso apresentar esta Proposta”. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**, em resposta à pergunta colocada pelo Senhor Deputado José Deolindo Caetano, no período de Antes da Ordem do Dia, relativa ao cruzamento da Rua 5 de Outubro com a Avenida Primavera, em Ermesinde, disse ser um cruzamento bastante difícil de resolver, a criação do obstáculo existente foi na tentativa de aumentar a segurança, embora haja outras disposições a ser tomadas de forma a tornar o cruzamento mais seguro. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que relativamente ao Sport de Campo, a classificação do terreno dificilmente resultara para a próxima época, pois o processo de aprovação do PDM é longo. -----

A Senhor **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu a palavra ao público. -----

O Município **Senhor Leonel Mendes Freitas**, apresentou um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**, disse ter recebido a

exposição ficando de ir ao local para se tentar solucionar o problema exposto.  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**:  
colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 2, 3 e 4.1 da ordem de  
trabalhos sendo aprovado por unanimidade. -----  
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e  
assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_